

Curso de Pós-graduação em Administração e Organização Escolar

Trabalho de Projeto no Domínio da Formação

A Interferência Parental no Contexto Escolar: Impacto no Bem-Estar Docente e Estratégias de Gestão de Comportamentos

Autor Lúcia de Jesus Andrade Reis e Barata

Orientado por: Professora Doutora Ana Alexandra Ribeiro dos Reis Cabral

Março 2025

Curso de Pós-graduação em Administração e Organização Escolar

Título

A Interferência Parental no Contexto Escolar: Impacto no Bem-Estar

Docente e Estratégias de Gestão de Comportamentos

Autora

Lúcia de Jesus Andrade Reis e Barata

Curso de Pós-graduação em Administração e Organização Escolar

**A Interferência Parental no Contexto Escolar: Impacto no Bem-Estar
Docente e Estratégias de Gestão de Comportamentos**

Lúcia de Jesus Andrade Reis e Barata

Aprovado para defesa, em 06 de março de 2025

(Professora Doutora Ana Alexandra Ribeiro dos Reis Cabral)

Março 2025

**Declaração de autoria e autorização para depósito de documentos, no âmbito do
Curso de Pós Graduação em Administração e Organização Escolar**

Declaro que o trabalho académico com o título, A Interferência Parental no Contexto Escolar: Impacto no Bem-Estar Docente e Estratégias de Gestão de Comportamentos, de que este documento é parte integrante, é original e foi realizado pelo autor especificamente para este fim e que, em todos os momentos da sua realização, foram respeitados os princípios éticos na investigação científica e na realização de atividades académicas.

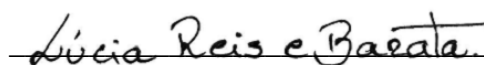
Declaro, para os devidos efeitos, que concedo gratuitamente à Escola Superior de Educação de Fafe, para além do título e resumo por mim disponibilizados, autorização para arquivar e tornar acessível aos interessados, nomeadamente através do seu repositório institucional, biblioteca ou publicação, o referido trabalho, que disponibilizo em formato digital.

A subscrição da presente declaração não implica a renúncia à titularidade dos direitos de autor nem ao direito de usar a obra em trabalhos futuros, os quais são pertença do seu criador intelectual.

Escola Superior de Educação de Fafe,

Em 6 de março de 2025

A aluna:



(Lúcia de Jesus Andrade Reis e Barata)

Trabalho de Projeto apresentado ao Instituto de Estudos Superiores de Fafe para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Pós-graduado em Administração e Organização Escolar Ciências da Educação, na especialidade de Administração Escolar.

Agradecimento

À minha mãe, Zu, pelo incentivo inabalável, pelo carinho, pelo apoio e por me motivar todos os dias a continuar.

Obrigada por tudo!

Às minhas filhas e ao meu marido, pelo amor e compreensão, por cada momento que abdicaram da minha companhia para que eu pudesse seguir este caminho.

À Professora Doutora Ana Alexandra Ribeiro dos Reis Cabral, pela orientação dedicada, pela partilha generosa de conhecimento e pelo apoio incansável ao longo deste processo.

A todos o meu sincero agradecimento.

Dedicatória

À minha Zu!

Resumo: Este estudo investigou a complexa relação entre o envolvimento parental, o bem-estar e a satisfação profissional dos professores em Portugal, com o objetivo de identificar desafios e oportunidades para promover uma colaboração mais eficaz entre encarregados de educação e docentes. Através de um questionário, exploraram-se as percepções dos professores sobre a interferência parental, as estratégias de gestão de conflitos implementadas pelas escolas e a cultura escolar prevalecente. Os resultados indicam que a interferência parental afeta negativamente o bem-estar dos professores, sendo que 90,6% dos inquiridos indicam ter percebido intervenções desajustadas dos encarregados de educação nas decisões pedagógicas. Além disso, 64,7% assinalam que essas interferências comprometem o seu bem-estar profissional, com respostas que variam entre “Nunca” e “Frequentemente/Sempre”. Apenas 8,2% consideram que as escolas possuem políticas eficazes para lidar com estas situações. A cultura escolar e o respeito pelo papel do professor também se revelam problemáticos, sendo que apenas 15,3% dos docentes inquiridos indicam que os encarregados de educação respeitam “Frequentemente/Sempre” a função do diretor de turma. O estudo destaca a necessidade urgente de implementar estratégias eficazes para gerir a interferência parental, promover uma comunicação construtiva entre escola e família e proporcionar apoio adequado aos professores.

Palavras-chave - Interferência parental; Bem-estar docente; Gestão de comportamentos; Políticas escolares; Cultura escolar.

Abstract: This study investigated the complex relationship between parental involvement, teachers' well-being, and job satisfaction in Portugal, aiming to identify challenges and opportunities to foster more effective collaboration between parents and educators. Through a questionnaire, teachers' perceptions of parental interference, conflict management strategies implemented by schools, and the prevailing school culture were explored. The results indicate that parental interference negatively affects teachers' well-being, with 90.6% of respondents reporting having perceived inappropriate parental interventions in pedagogical decisions. Additionally, 64.7% stated that such interference compromises their professional well-being, with responses ranging from “Never” to “Frequently/Always”. Only 8.2% believe that schools have effective policies to deal with these situations. School culture and respect for the teacher's role also emerged as problematic, as only 15.3% of surveyed teachers indicated that parents “Frequently/Always” respect the role of the class director. The study highlights the urgent need to implement effective strategies to manage parental interference, promote constructive communication between schools and families, and provide adequate support for teachers.

Keywords: Parental interference; Teacher well-being; Behavior management; School policies; School culture.

Índice Geral

AGRADECIMENTOS	i
DEDICATÓRIA	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	iv
ÍNDICE GERAL	v
ÍNDICE DE TABELAS	vii
ÍNDICE DE GRÁFICOS	viii
INTRODUÇÃO	1
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	2
PROBLEMÁTICA	5
Objetivos Empíricos.....	7
Objetivos Específicos.....	7
Perguntas de Pesquisa.....	8
MÉTODO	8
Natureza do Estudo.....	8
Participantes.....	9
Recolha de Dados.....	9
Construção do Questionário.....	10
Considerações Éticas	10
ANÁLISE DOS RESULTADOS	11
Dimensão 1: Descrição dos Participantes.....	11
Análise dos Anos de Serviço e Perfil Demográfico dos Participantes.....	12
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	13
Interferência Parental e Bem-Estar Docente.....	14
Dimensão 2: Comportamentos Agressivos e Interferência.....	14
Dimensão 3: Gestão de Conflitos e Interferências dos Encarregados de Educação.....	17
Dimensão 4: Práticas Escolares para a Gestão de Conflitos.....	18
Dimensão 5: Políticas Escolares.....	19
CONCLUSÕES	21

Limitações do Estudo.....	22
Implicações para Estudos Futuros	23
REFERÊNCIAS.....	24
Referências Legislativas.....	27
Outras Fontes.....	27
ANEXOS.....	28
Anexo 1 Inquérito por Questionário	II

Índice de Tabela

Tabela 1. Percepções dos professores sobre comportamentos agressivos, gestão de conflitos e políticas escolares	14
--	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Distribuição dos participantes por faixa etária	11
Gráfico 2. Distribuição dos participantes por experiência profissional	11
Gráfico 3. Comportamentos agressivos e interferências por parte dos encarregados de educação	14
Gráfico 4. Gestão de Conflitos e Interferência dos Encarregados de Educação	
Gráfico 5. Práticas escolares para a Gestão de Conflitos	17
Gráfico 6. Políticas Escolares	19

INTRODUÇÃO

As relações entre pais e professores têm um papel determinante no ambiente escolar e na qualidade da experiência educativa dos alunos. A colaboração entre ambos pode contribuir para um ensino mais eficaz, mas, quando marcada por interferências excessivas ou comportamentos inadequados, pode gerar tensão e afetar negativamente o bem-estar dos docentes. Estudos recentes evidenciam que o aumento das expectativas e pressões parentais sobre as escolas tem levado a um envolvimento parental que, em alguns casos, desafia a autonomia dos professores e compromete a harmonia da comunidade escolar.

No contexto português, a investigação sobre esta problemática ainda é limitada, apesar de relatos crescentes de professores que enfrentam desafios relacionados com a intervenção parental. Situações como o questionamento constante das práticas pedagógicas, exigências desproporcionadas e até episódios de intimidação ou desrespeito por parte dos encarregados de educação têm sido referidos como fatores que afetam a motivação e o bem-estar docente. Perante este cenário, torna-se fundamental compreender como estas interferências se manifestam e de que forma impactam o trabalho dos professores.

Deste modo, este estudo propõe-se a analisar a relação entre a interferência parental e a satisfação dos professores, investigando a forma como diferentes tipos de intervenção influenciam o bem-estar docente. Para tal, foi desenvolvido um questionário estruturado, aplicado a professores do ensino básico e secundário, que avalia esta problemática a partir de cinco dimensões principais: comportamentos agressivos e interferência parental, gestão de conflitos, práticas escolares para a resolução de conflitos e políticas institucionais.

A análise destas dimensões permitirá identificar padrões e desafios enfrentados pelos docentes, contribuindo para uma reflexão sobre o papel da escola na mitigação dos impactos negativos da interferência parental. Além disso, este estudo pretende fornecer recomendações para o desenvolvimento de estratégias que promovam uma comunicação mais equilibrada e uma colaboração mais saudável entre encarregados de educação e docentes, favorecendo um ambiente escolar harmonioso e produtivo.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A relação entre pais e professores tem sido objeto de estudo e discussão, especialmente devido ao aumento da interferência parental no contexto escolar. Casos de agressões a professores por parte de encarregados de educação têm sido relatados nos meios de comunicação social, levantando preocupações sobre a segurança e o respeito pela profissão docente. Estes episódios não são casos isolados, mas manifestações de uma problemática mais ampla relacionada com a interferência parental e o impacto dessa relação no ambiente escolar (Alves, 2019). Segundo Alves (2019), a pressão exercida pelos encarregados de educação, incluindo situações de agressão verbal ou física, tem um impacto significativo no bem-estar emocional dos professores e na qualidade do ambiente educativo.

Segundo Li e Hung (2012) os professores frequentemente enfrentam conflitos com pais, que se manifestam através de confrontos, acusações ou comportamentos desrespeitosos. Estes conflitos, muitas vezes resultantes de mal-entendidos, preocupações ou discordâncias sobre métodos de ensino (Dirzyte et al., 2024). Tais situações afetam negativamente o bem-estar docente e a dinâmica escolar, refletindo-se na satisfação profissional e na gestão emocional dos professores.

No contexto europeu, Portugal destaca-se negativamente em relação ao *stress* docente. De acordo com um estudo da Agência Lusa (2021) enquanto a média europeia de docentes que reportam *stress* situa-se nos 50%, em Portugal atinge os 87,2%. Estes números evidenciam o peso das tensões no ambiente escolar e o seu efeito direto na motivação dos professores, tornando o espaço escolar menos propício ao ensino e à aprendizagem. Esta realidade sublinha a necessidade de compreender e abordar os fatores que contribuem para o elevado nível de stress entre os docentes portugueses.

Santos argumenta que “a colaboração entre pais e professores é essencial para o sucesso educativo dos alunos” (Santos, 2007, p.78). No entanto, enfatiza que esse envolvimento deve ser equilibrado, respeitando os papéis de cada interveniente no processo educativo, de modo a evitar situações de confronto ou imposição parental que possam comprometer a autoridade e a autonomia docente. Este equilíbrio é reforçado pelo enquadramento legal estabelecido no Decreto-Lei

n.º 30/2015, de 12 de fevereiro. O artigo 6.º deste decreto-lei estipula que os encarregados de educação devem “colaborar com os professores e com os órgãos de gestão do estabelecimento de educação ou de ensino, no sentido de assegurar a eficácia da ação educativa e a realização plena da formação dos seus educandos”. Assim, a legislação reforça a necessidade de um envolvimento equilibrado entre pais e professores, garantindo a autonomia docente e um ambiente educativo harmonioso. Segundo Sousa (2015) um dos fatores essenciais para o sucesso escolar é a construção de uma relação de proximidade entre pais e professores, baseada no respeito e na cooperação, a comunicação aberta e regular entre ambos os lados, pode ajudar a identificar e resolver problemas de forma mais eficaz. O Decreto-Lei n.º 30/2015 reforça esta ideia, ao estipular que a colaboração entre a escola e a família deve ser pautada pelo respeito mútuo e pela valorização dos papéis de cada interveniente.

Quando a relação escola-família se deteriora, surgem casos de desrespeito e coação sobre os docentes. Dias e Cadime (2012) destacam que muitos professores sentem a pressão dos pais para melhorar as classificações dos filhos, o que pode comprometer a sua autonomia profissional.

A comunicação escrita, especialmente através de e-mails e mensagens eletrónicas, tornou-se uma fonte de tensão. O uso de canais digitais por parte dos pais pode, em certos contextos, assumir um tom abusivo e desrespeitoso, gerando desconforto e pressão sobre os docentes. De acordo com Cheon, Reeve e Vansteenkiste (2020), a comunicação regular e eficaz entre professores e encarregados de educação é essencial para fomentar a colaboração entre a família e a escola. Thompson (2008) também defende que a criação de plataformas de comunicação, como *newsletters* e reuniões presenciais ou virtuais, permite um diálogo constante, ajudando a manter os pais informados sobre o progresso dos alunos e suas necessidades. No entanto, Thompson acrescenta que a falta de filtros emocionais na comunicação digital pode levar a interações impulsivas e desrespeitosas, dificultando a mediação e gestão eficaz de conflitos. Além disso, estes contactos, muitas vezes realizados fora do horário escolar, reforçam a perceção de invasão da esfera profissional dos professores, contribuindo para um ambiente de trabalho menos saudável.

Segundo Epstein (2011), a interferência excessiva dos pais nas decisões pedagógicas pode gerar tensões entre a escola e a família, o que prejudica a dinâmica do processo educativo e a relação de confiança entre as partes. Na mesma linha de pensamento, Li e Hung (2012) ressaltam que este tipo de envolvimento, embora motivado pela preocupação com os filhos, pode desestabilizar a autoridade dos educadores e dificultar a implementação das estratégias pedagógicas.

A motivação dos professores é fortemente influenciada pelo apoio que recebem em seu ambiente escolar. Em particular, um ambiente que favorece a autonomia pode fortalecer suas decisões pedagógicas, contribuindo positivamente para o processo de ensino e aprendizagem (Jungert, Levin & Koestner, 2020).

Neste sentido, a intervenção da direção, por meio de mecanismos institucionais de apoio, desempenha um papel crucial na criação de uma relação mais equilibrada entre os diferentes atores da escola e na prevenção de situações de desgaste emocional. Estudos de Vieira e Davis (2023) corroboram a importância dessa intervenção na resolução de conflitos, apontando para a necessidade de uma gestão eficaz e integrada das tensões no ambiente escolar.

Adicionalmente, a sobrecarga de trabalho, agravada pela necessidade de gerir conflitos e pela escassez de recursos, pode resultar no afastamento de professores qualificados, exacerbando ainda mais a crise no ensino (Dias & Cadime, 2012). Nesse contexto, o Decreto-Lei n.º 30/2015 assume uma relevância particular, ao estabelecer diretrizes claras para a promoção de um ambiente escolar harmonioso. Este decreto enfatiza a necessidade de os encarregados de educação respeitarem a autonomia dos professores e colaborarem ativamente para a criação de um clima de respeito e disciplina nas escolas.

Dado o impacto da violência e da pressão parental no contexto escolar, torna-se essencial repensar o modelo de gestão das escolas e reforçar políticas que protejam os docentes. Neste sentido, o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, atribui ao diretor do agrupamento a responsabilidade de “garantir o bom funcionamento do estabelecimento de ensino, promovendo um clima de colaboração e respeito entre todos os membros da comunidade educativa” (artigo 13.º, alínea a). Além disso, o diretor deve “assegurar a defesa da autonomia pedagógica e científica dos professores, bem como a sua autoridade em contexto

escolar” (artigo 13.º, alínea d), o que inclui a proteção dos docentes contra interferências indevidas.

Enquanto a interferência parental excessiva pode prejudicar o ambiente escolar, uma relação de colaboração equilibrada entre pais e professores pode contribuir positivamente para o sucesso educativo dos alunos. Deste modo, torna-se essencial promover estratégias que fomentem uma comunicação eficaz entre ambas as partes, garantindo um ambiente escolar mais saudável e produtivo. O diretor, enquanto líder da comunidade educativa, tem o dever de “promover a participação ativa dos pais e encarregados de educação, em articulação com os professores, de modo a contribuir para o sucesso educativo dos alunos” (artigo 13.º, alínea e). Esta abordagem, alinhada com o enquadramento legal, reforça a necessidade de uma gestão escolar que equilibre a participação parental com a proteção da autonomia docente.

PROBLEMÁTICA

A crescente complexidade do ambiente escolar contemporâneo, marcada por desafios como a indisciplina, a falta de motivação dos alunos e a crescente interferência parental, tem gerado um impacto significativo no bem-estar e na satisfação profissional dos professores. Em Portugal, este cenário é particularmente preocupante, com elevados níveis de *stress* docente e relatos frequentes de situações de conflito e desrespeito. Para explorar esta problemática e compreender melhor as suas manifestações no contexto português, foi realizado um estudo exploratório utilizando um questionário com perguntas fechadas, aplicado a uma amostra de professores portugueses. Este estudo visou identificar as principais formas de interferência parental, o seu impacto no bem-estar docente e as estratégias de gestão utilizadas pelas escolas para lidar com estas situações.

A interferência parental no contexto escolar tem sido reconhecida como um desafio crescente para os professores e a escola em geral. Segundo Silva (2018), a relação entre a escola e a família tem-se tornado cada vez mais complicada, com os pais a assumir um papel mais ativo, mas nem sempre construtivo, na educação dos seus filhos. Esta interferência pode manifestar-se de diversas formas, desde

contestações sobre as práticas pedagógicas até críticas infundadas ao trabalho dos professores.

A relação entre professores e encarregados de educação é uma componente fundamental para a criação de um ambiente escolar colaborativo e produtivo. Contudo, quando essa interação ultrapassa os limites de uma cooperação saudável, surge uma interferência parental que pode causar sérios danos ao bem-estar e à eficácia profissional dos professores (Li e Hung, 2012). Esta problemática tornou-se particularmente relevante nos últimos anos, com estudos a apontarem para um aumento das queixas de vitimização dos docentes por parte dos pais (Dirzyte et al., 2024).

A interferência parental pode manifestar-se de diversas formas, incluindo críticas às decisões pedagógicas, tentativas de influenciar o desempenho dos filhos por meios inadequados e, em casos extremos, agressões verbais e físicas. Pedditzi et al. (2021) indicam que os professores que experienciam um maior envolvimento parental, especialmente quando desrespeitoso ou excessivo, tendem a apresentar níveis mais elevados de exaustão emocional e sintomas de *burnout*.

No contexto português, os professores enfrentam desafios específicos que contribuem para o elevado nível de stress já mencionado. Sousa (2015) indica que os docentes experimentam dificuldades significativas na interação com os pais, particularmente aqueles de grupos sociais intermédios e elevados, que frequentemente questionam as práticas escolares. Esta tensão na relação escola-família representa apenas um dos múltiplos fatores que intensificam a pressão sobre os professores, contribuindo para um ambiente profissional cada vez mais exigente e potencialmente desgastante.

Dado o impacto da violência e da pressão parental no contexto escolar, torna-se essencial repensar o modelo de gestão das escolas e reforçar políticas que protejam os docentes, garantindo que a relação entre escola e família seja pautada pelo respeito mútuo e pela valorização da autoridade dos professores.

No contexto português, a legislação e as políticas educativas estabelecem diretrizes para a relação escola-família, mas não estabelecem limites concretos para lidar com a interferência parental (Decreto-Lei n.º 75/2008). Tendo em conta a diversidade de contextos escolares e as diferentes formas de interferência

parental, torna-se necessário investigar quais as estratégias de gestão que se revelam mais eficazes para promover um ambiente escolar saudável e colaborativo em Portugal.

Em suma, o presente estudo pretende contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno da interferência parental no contexto escolar português, um tema que tem recebido pouca atenção na literatura nacional. Tendo em conta os desafios que as escolas portuguesas enfrentam na gestão da relação com os pais, e o impacto que a interferência parental pode ter no bem-estar dos professores, torna-se fundamental investigar este tema de forma mais aprofundada. Espera-se que os resultados deste estudo possam fornecer perceções valiosas para as escolas, os professores, os pais e os decisores políticos, permitindo-lhes implementar estratégias mais eficazes para promover um ambiente escolar saudável e colaborativo, onde todos os intervenientes se sintam valorizados e respeitados.

Objetivos Empíricos

Este estudo pretende investigar a relação entre a interferência parental e o bem-estar dos professores em escolas portuguesas, de forma a determinar de que forma essa interferência afeta o bem-estar e a satisfação profissional dos docentes. Além disso, visa avaliar os riscos de deterioração do ambiente escolar que podem resultar dessa relação, incluindo o impacto na capacidade de ensino e na relação com os alunos. Ao reunir experiências de outros educadores, espera-se destacar a relevância deste fenómeno e propor reflexões que possam contribuir para uma melhoria no ambiente escolar.

Objetivos Específicos

1. Analisar a forma como a relação parental afeta o bem-estar e a satisfação dos professores, explorando a relação entre o tipo de interferência e a satisfação docente.
2. Identificar estratégias que promovam uma colaboração mais saudável entre encarregados de educação e docentes, contribuindo para um ambiente escolar harmonioso e produtivo.

3. Propor estratégias e recomendações para práticas escolares que promovam uma relação equilibrada e colaborativa entre famílias e docentes, visando melhorar o bem-estar dos professores e o ambiente educativo.

Perguntas de Pesquisa

1. De que forma a interferência parental afeta as relações escolares e o processo educativo, segundo as perspectivas dos professores?
2. De que forma a implementação de práticas escolares pode favorecer uma relação equilibrada entre famílias e docentes, contribuindo para o bem-estar dos professores e para um ambiente escolar mais harmonioso?

MÉTODO

Natureza do Estudo

O presente estudo assume uma natureza exploratória, uma vez que visa investigar o fenómeno da interferência parental e o seu impacto no bem-estar dos professores no contexto português, um tema que tem sido pouco explorado na literatura nacional. Esta escolha metodológica alinha-se com o pensamento de Lüdke e André, que enfatiza a importância de investigar “algo singular que tenha algum valor em si mesmo” (2005, p.17), especialmente quando se trata de fenómenos pouco estudados.

Segundo Gil, a investigação exploratória visa “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias” (2008, p.41), sendo especialmente útil quando o tema é pouco explorado e carece de formulação precisa. No caso da interferência parental no contexto português, a presente investigação alinha-se com esta abordagem ao procurar, analisar as relações entre pais e professores e avaliar o impacto no bem-estar docente, contribuindo assim para um maior entendimento e servindo de base para futuras pesquisas mais aprofundadas.

Considerando os objetivos deste estudo, a metodologia adotada é quantitativa, empregando um questionário estruturado com perguntas fechadas e escala *Likert* para mensurar as percepções dos participantes. Esta abordagem permite a recolha de dados padronizados e a sua análise estatística descritiva, facilitando a identificação de padrões e tendências no fenómeno investigado.

Participantes

A presente investigação teve como participantes professores do ensino básico e secundário da rede pública, com experiência em interação com encarregados de educação. Para garantir a relevância dos dados, foram definidos os seguintes critérios de elegibilidade: Ser professor ativo no ensino básico ou secundário e possuir experiência direta na interação com encarregados de educação.

A amostra foi selecionada através de um método não probabilístico, denominado amostragem por conveniência (Cozby & Bates, 2015), que permite selecionar participantes de forma acessível e pragmática. Neste sentido, o questionário foi distribuído principalmente para escolas onde o investigador lecionou em anos anteriores, tentando alcançar o maior número possível de professores. Não foi definido um número pré-determinado de convites, ficando a participação ao critério dos destinatários (Cozby & Bates, 2015).

Recolha de dados

Para atingir os objetivos propostos, optou-se pela utilização de um questionário como método de recolha de dados. O questionário, é um instrumento amplamente utilizado em pesquisas nas ciências sociais, permitindo recolher informações de um grande número de participantes de forma relativamente rápida e económica. De acordo com Gil, o questionário "possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio" (2008 p.122). Assim o questionário foi desenvolvido na plataforma *Google Forms* e distribuído por e-mail a vários agrupamentos de escolas, com o pedido de reencaminhamento para todos os docentes a lecionar no ensino básico ou secundário e ter experiência direta na interação com encarregados de educação.

A recolha de dados decorreu entre 25 de janeiro e 9 de fevereiro de 2025. Após o período de resposta, os dados foram exportados do *Google Forms* para o *Microsoft Excel* para organização e análise. A análise teve foco no cálculo de percentagens das respostas para as questões baseadas na Escala de *Likert*.

Construção do questionário

A opção pelo inquérito com respostas fechadas utilizando escalas *Likert* justifica-se pela necessidade de padronização de dados em fenómenos complexos e subjetivos, como a interferência parental. Esta abordagem permite quantificar percepções através de gradientes de intensidade, garantindo comparabilidade estatística para análise de padrões culturais específicos e minimizando ambiguidades interpretativas através de categorias pré-definidas. A estrutura fechada facilita a replicação metodológica necessária em fases exploratórias, conforme defendido por Ghiglione e Matalon (1992), ao mesmo tempo que captura nuances através da escala psicométrica.

O questionário estruturado (anexo1) foi elaborado com base numa revisão exaustiva da literatura, assegurando a sua atualidade e relevância. A construção do instrumento foi orientada pelos objetivos da investigação, definindo-se perguntas e opções de resposta de forma clara e inequívoca. Para garantir a validade e fiabilidade, o questionário foi submetido à validação da orientadora da pesquisa e testado num grupo piloto, permitindo identificar e corrigir eventuais problemas de interpretação.

Os dados quantitativos recolhidos foram submetidos a análise estatística descritiva, método que, conforme Pestana e Gageiro (2014), possibilita a recolha, organização, apresentação, análise e interpretação de dados de forma objetiva. Esta abordagem permite atingir um número significativo de participantes, oferecendo uma visão abrangente do fenómeno e facilitando a análise comparativa das experiências e percepções dos diferentes participantes sobre diversos aspetos da interferência parental.

Considerações Éticas

O estudo seguiu os princípios éticos da investigação científica, garantindo o anonimato e a confidencialidade dos participantes. A participação foi voluntária, sendo solicitado o consentimento informado antes da resposta ao questionário. Nenhuma informação recolhida permitirá a identificação individual dos inquiridos, assegurando que os dados sejam tratados exclusivamente para fins de pesquisa. O estudo foi conduzido de forma não invasiva, os dados foram recolhidos e

analisados de forma anónima e confidencial, conforme definido pela Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE) na Carta Ética (SPCE, 2020).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Dimensão 1: Descrição dos Participantes

A amostra foi composta por 85 professores, provenientes de diferentes agrupamentos escolares.

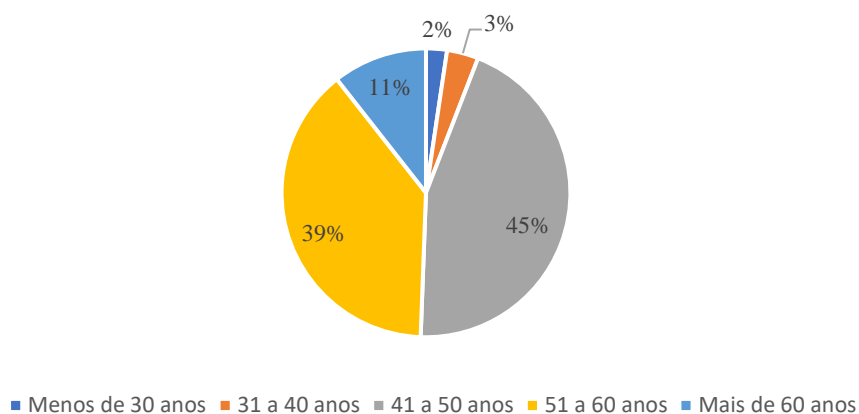


Gráfico 1. Distribuição dos participantes por faixa etária

Verificamos no gráfico 1 que a maioria dos participantes estava na faixa etária dos 41 aos 50 anos (44,7%), seguida pela faixa dos 51 aos 60 anos (33,8%). Um número menor de professores tinha menos de 30 anos (2,4%) ou mais de 60 anos (10,6%).

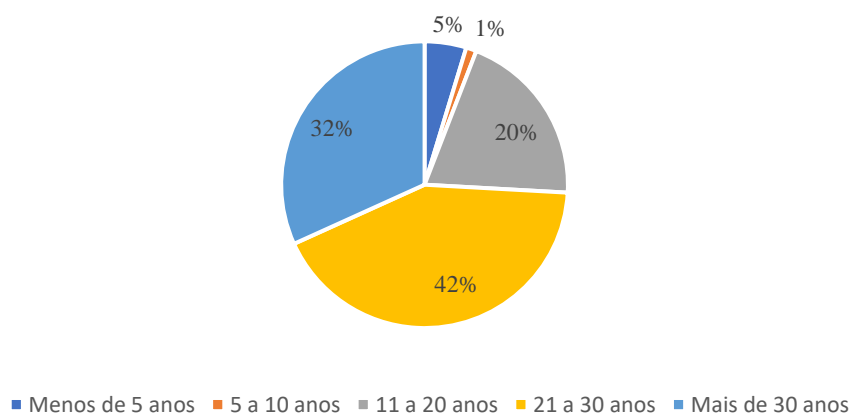


Gráfico 2. Distribuição dos participantes por experiência profissional

Relativamente à experiência profissional (gráfico 2), a maioria dos participantes tinha mais de 20 anos de docência, com 42,4% a reportar entre 21 e 30 anos de experiência e 31% a indicar mais de 30 anos na profissão. Apenas 4,7% dos professores indicaram ter menos de 5 anos de experiência, e 1,2% situava-se entre os 5 e os 10 anos.

A amostra é composta exclusivamente por docentes, permitindo uma análise centrada na sua perceção sobre a temática em estudo.

Análise dos Anos de Serviço e Perfil Demográfico dos Participantes

A análise do perfil demográfico dos participantes revela características importantes sobre a amostra estudada. A maioria dos professores (84%) tem entre 41 e 60 anos (Gráfico 1) e 42 % com uma experiência profissional considerável, concentrando-se maioritariamente na faixa entre 21 e 30 anos (Gráfico 2). Este dado sugere uma amostra composta por profissionais experientes e estabelecidos na carreira docente.

No entanto, a distribuição dos participantes por anos de experiência também revela algumas lacunas. Apenas 20% dos participantes têm entre 11 e 20 anos de experiência, enquanto uma pequena minoria possui menos de 5 anos (4,7%) ou entre 5 e 10 anos de experiência (1,2%). Esta distribuição sugere uma possível lacuna na representação de professores em fases intermediárias de suas carreiras, o que pode impactar a diversidade de perspetivas e abordagens no ambiente escolar.

A predominância de professores experientes pode trazer benefícios, como um conhecimento profundo do sistema educativo e uma maior capacidade de lidar com desafios complexos (Day, 2017).

A reduzida participação de professores com menos de 10 anos de experiência levanta questões sobre a atratividade da profissão docente para as novas gerações e a necessidade de implementar medidas para apoiar e reter os jovens professores no sistema educativo. O estudo de Gatti et al. (2010) investigou a atratividade da carreira docente. A pesquisa revelou uma rejeição recorrente à carreira docente entre os jovens pesquisados, destacando fatores como ausência de identificação pessoal com a docência, condições sociais e financeiras

desfavoráveis, experiências escolares negativas e influência familiar. Este cenário preocupante sugere uma crise iminente na formação de novos educadores, ameaçando não apenas a renovação do corpo docente, mas também o futuro da qualidade educacional como um todo (OCDE, 2023).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta uma análise aprofundada dos resultados obtidos no presente estudo, que teve como objetivo central investigar a complexa relação entre o envolvimento parental, o bem-estar e a satisfação profissional dos professores. Através da análise das percepções dos docentes sobre a interferência parental, as estratégias de gestão de conflitos implementadas pelas escolas e a cultura escolar prevalecente, procurou-se identificar os principais desafios e oportunidades para promover uma colaboração mais eficaz e harmoniosa entre encarregados de educação e docentes.

Apresentamos na tabela 1 as dimensões e itens do questionário sobre interferência parental na educação.

Dimensão e Questões	Nunca	Às Vezes	Regularmente	Frequentemente/Sempre
Dimensão 2: Comportamentos Agressivos e Interferência por parte dos encarregados de educação				
1. Perceciono intervenções desajustadas de encarregados de educação nas decisões pedagógicas.	8 (9,4%)	43 (50,6%)	21 (24,7%)	13 (15,3%)
2. Fui alvo de comportamentos intimidatórios ou ameaças por parte de encarregados de educação.	49 (57,6%)	26 (30,6%)	3 (3,5%)	7 (8,2%)
3. As intervenções inadequadas dos encarregados de educação prejudicam o meu bem-estar profissional.	30 (35,3%)	31 (36,5%)	7 (8,2%)	17 (20,0%)
4. Já recebi emails/mensagens de encarregados de educação com um tom abusivo ou desrespeitoso.	46 (54,1%)	24 (28,2%)	8 (9,4%)	7 (8,2%)
Dimensão 3: Gestão de Conflitos e Interferências dos Encarregados de Educação				
1. Utilizo estratégias eficazes para lidar com as interferências dos encarregados de educação.	2 (2,4%)	21 (24,7%)	40 (47,1%)	22 (25,9%)
2. A direção da escola contribui para resolver as interferências negativas dos encarregados de educação.	6 (7,1%)	30 (35,3%)	24 (28,2%)	25 (29,4%)
3. A disponibilidade do diretor de turma para reuniões ajuda a resolver conflitos com os encarregados de educação.	5 (5,9%)	20 (23,5%)	38 (44,7%)	22 (25,9%)

Dimensão 4: Práticas Escolares para a Gestão de Conflitos				
1. A intervenção direta da direção contribuiria para uma relação mais pacífica e para a resolução de comportamentos inadequados dos encarregados de educação.	4 (4,7%)	18 (21,2%)	25 (29,4%)	38 (44,7%)
2. A presença de um elemento da direção em reuniões contribuiria para maior apoio e segurança na gestão de comportamentos inadequados.	9 (10,6%)	23 (27,1%)	17 (20,0%)	36 (42,4%)
Dimensão 5: Políticas Escolares				
1. A escola tem políticas eficazes para lidar com interferências dos encarregados de educação.	10 (11,8%)	37 (43,5%)	29 (34,1%)	9 (10,6%)
2. Os encarregados de educação respeitam o papel do diretor de turma.	8 (9,4%)	43 (50,6%)	28 (32,9%)	6 (7,1%)
3. A cultura escolar ajuda a reduzir os efeitos negativos da interferência parental.	12 (14,1%)	25 (29,4%)	30 (35,3%)	18 (21,2%)

Tabela 1. *Perceções dos professores sobre comportamentos agressivos, gestão de conflitos e políticas escolares. Número de participantes e respetivas percentagens.*

Interferência Parental e Bem-Estar Docente

Os resultados do questionário revelam que a interferência parental é uma preocupação presente para os professores que participaram neste estudo. A análise dos dados, agrupando as respostas “Às vezes”, “Regularmente” e “Frequentemente/Sempre” oferece uma visão geral da prevalência e do impacto destas interferências na amostra investigada.

Dimensão 2: Comportamentos Agressivos e Interferência

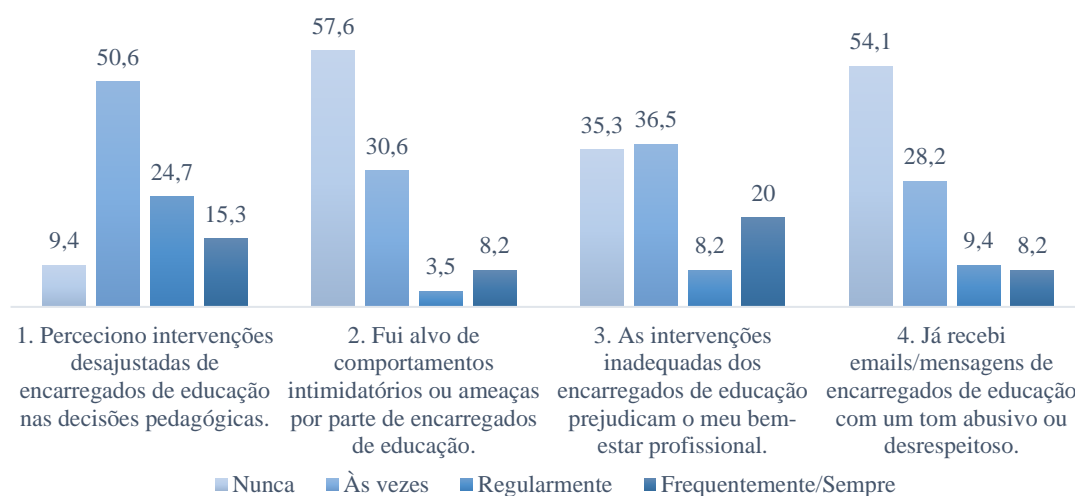


Gráfico 3. Comportamentos agressivos e interferências por parte dos encarregados de educação

Na primeira questão verifica-se que uma percentagem expressiva dos professores inquiridos (90,6%) reporta ter percecionado intervenções desajustadas

dos encarregados de educação nas decisões pedagógicas, variando de ocasionais a frequentes. Este dado sugere que a interferência parental é um fenómeno generalizado, afetando a grande maioria dos docentes inquiridos. Também nas escolas de vários países, incluindo os Estados Unidos, a Polónia e a Lituânia, os estudos existentes demonstram que a intervenção parental tem vindo a assumir um peso crescente (Dirzyte et al., 2024; Pedditzi et al., 2021).

Em relação a comportamentos intimidatórios ou ameaças, 57,6% dos participantes afirmaram nunca ter sido alvo de tais comportamentos. No entanto 30,6% relataram que isso ocorre “Às vezes” e 8,2% indicaram que acontece “Frequentemente/Sempre”. O trabalho de Santos analisa o fenómeno da violência no contexto escolar em Portugal, concluindo que “a violência contra professores é uma realidade preocupante nas escolas de Portugal continental” (Santos, 2015, p.45). O estudo destaca que a ausência de limites claros na relação entre pais e docentes pode contribuir para conflitos que comprometem a qualidade do ensino e o bem-estar dos professores. No mesmo sentido, Neves e Rebocho (2014) identificam um aumento de casos de violência contra professores, sublinhando os seus impactos negativos no desempenho docente e no ambiente escolar. Os seus estudos indicam que a perceção de violência no trabalho docente está diretamente associada a um aumento da exaustão emocional e a uma maior probabilidade de absentismo por motivos de saúde.

A presença de comportamentos intimidatórios ou ameaças por parte dos encarregados de educação, reportada por 8,2% dos professores participantes neste estudo como ocorrendo “Frequentemente/Sempre”, é um dado particularmente preocupante. Este fenómeno está alinhado com os resultados de *Executive Digest* (n.d.), que indicam que 55% dos professores, a nível nacional, já foram alvo de agressões físicas ou verbais, muitas vezes com a conivência ou responsabilização dos encarregados de educação, corroborando com os estudos de Santos (2015) onde indica que a violência e a intimidação contra professores são um problema crescente, com consequências negativas para a saúde mental e o desempenho profissional dos docentes.

Na terceira questão, representada no gráfico 3, verifica-se que 64,7% dos professores inquiridos consideram que estas intervenções inadequadas afetam

negativamente o seu bem-estar profissional, com resposta que variam entre “Às vezes” (36,55%) a “Frequentemente/Sempre” (20%). Este resultado sublinha o impacto negativo significativo que a interferência parental pode ter na saúde mental e no desempenho profissional. Os estudos de Neves e Rebocho (2014) corroboram esta perspectiva, salientando que a exposição prolongada a condições de trabalho adversas, sem o devido apoio institucional, está associada ao aumento do esgotamento emocional (*burnout*) e à diminuição da satisfação profissional. Estes dados estão alinhados com a literatura existente e estudos anteriores, como os de Kyriacou (2001) e Borg (1990), que já destacavam a interferência excessiva dos pais como um fator potenciador do *stress* docente e do esgotamento emocional.

Relativamente a emails ou mensagens com tom abusivo, na quarta questão (Gráfico 3), verifica-se que 54,1% dos participantes nunca receberam comunicações desse tipo. No entanto 28,2% referem que isso ocorre “Às vezes” e 8,2% indicam que ocorre “Frequentemente/Sempre”. A comunicação inadequada e as intervenções desajustadas contribuem para um ambiente hostil, afetando o clima escolar e o desempenho dos professores (Epstein, 2011). Santos (2007) sugere que a comunicação entre a escola e os encarregados de educação deve ser clara, frequente e adaptada às necessidades das famílias, utilizando diversos meios, como reuniões e emails. Esta ideia está em linha com Thompson (2008), que defendem a importância de plataformas de comunicação regulares e eficazes para manter os pais informados sobre o progresso dos alunos. No entanto, embora o uso de emails seja essencial para otimizar a comunicação entre professores, alunos, encarregados de educação e a própria escola, é crucial reconhecer que, conforme apontado por Thompson (2008), a comunicação por e-mail carece de nuances emocionais e linguagem corporal, o que pode levar a mal-entendidos na interpretação das mensagens. Essa impessoalidade, exacerbada pelo uso excessivo e inadequado do email, pode minar a relação entre a escola e as famílias, dificultando a resolução eficaz de problemas e a construção de um ambiente colaborativo.

Este tipo de comportamento não só afeta o bem-estar dos professores, como também compromete a qualidade do ambiente educativo, criando um clima de insegurança que dificulta o ensino e a aprendizagem.

Dimensão 3: Gestão de Conflitos e Interferências dos Encarregados de Educação

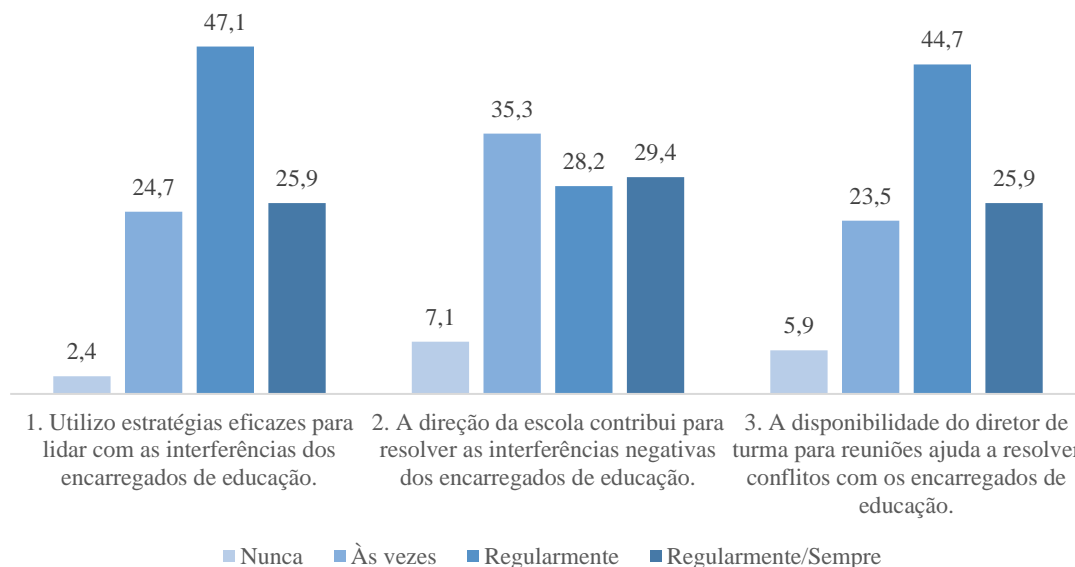


Gráfico 4. Gestão de Conflitos e Interferência dos Encarregados de Educação

No que diz respeito à gestão de conflitos, os dados mostram que a maioria dos professores (47,1%) utiliza estratégias eficazes “Regularmente”, e 25,9% “Frequentemente/Sempre”. No entanto a falta de apoio institucional é referida, por 7,1% dos respondentes a afirmarem que a direção da escola nunca contribui para resolver interferências negativas. Na perceção dos inquiridos, a disponibilidade do diretor de turma para ajudar na resolução de conflitos com os encarregados de educação varia significativamente: 44,7% consideram que essa ajuda ocorre “Regularmente”, enquanto 5,9% afirmam que “Nunca” ajuda a solucionar os conflitos. Esta lacuna é destacada por Marques (2019), que refere que os diretores de turma frequentemente assumem a mediação de conflitos sem formação específica, o que limita a eficácia da resolução. Sousa (2015) salienta que a ausência de políticas claras e eficazes agrava o distanciamento entre professores e pais, aumentando a perceção de que a escola não contribui para uma resolução pacífica. Acrescenta ainda que a falta de apoio institucional não apenas sobrecarrega os professores com a responsabilidade de gerir conflitos sozinhos, mas também mina a sua autoridade e capacidade de manter um ambiente seguro e produtivo.

Dimensão 4: Práticas Escolares para a Gestão de Conflitos

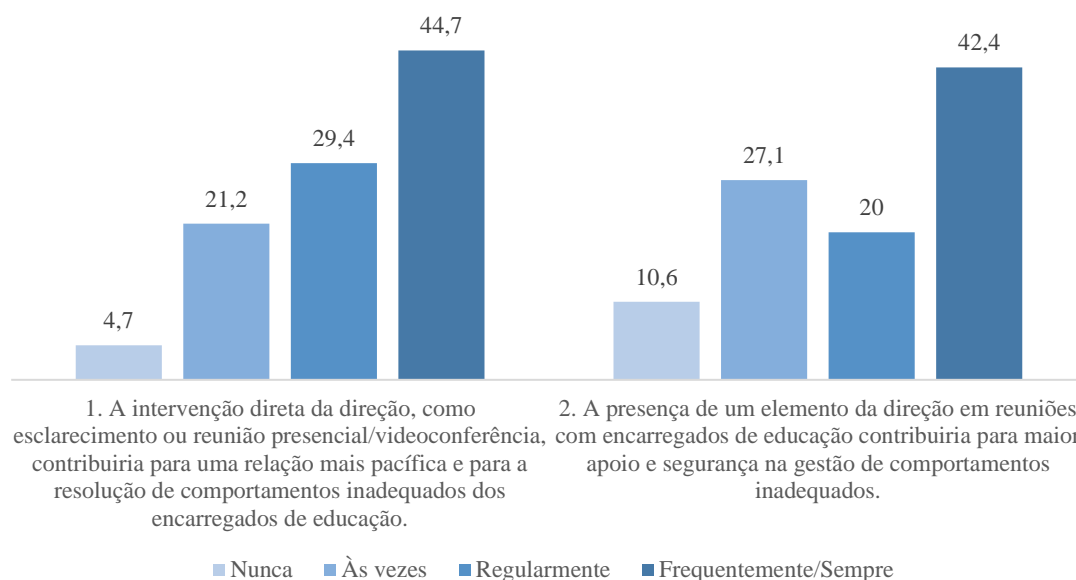


Gráfico 5. Práticas escolares para a Gestão de Conflitos

Na primeira questão, representada no gráfico 5, constata-se que 44,7% dos respondentes acreditam que a intervenção direta da direção contribuiria “Frequentemente/Sempre” para uma resolução mais pacífica e para a resolução de comportamentos inadequados dos encarregados de educação. Esta perspetiva é defendida por Vieira e Davis (2023), cujos estudos demonstram a relevância do papel do diretor na mediação de conflitos. De igual modo, Batista (2019) explora o papel do diretor de agrupamentos escolares na gestão e resolução de conflitos, reforçando a importância da liderança da direção na promoção de um ambiente escolar harmonioso. Esta abordagem pode ser particularmente eficaz na gestão de conflitos com encarregados de educação, um aspeto crucial para manter um ambiente escolar propício à aprendizagem. Os dados obtidos neste estudo reforçam essa ideia: na segunda questão do gráfico 5, verifica-se que 42,4% dos participantes consideram que a presença de um elemento da direção em reuniões contribuiria “Frequentemente/Sempre” para um maior apoio e segurança na gestão de comportamentos inadequados dos encarregados de educação. Vieira e Davis (2023) também destacam que a mediação realizada pelo diretor não apenas oferece

apoio ao professor, mas também serve como referência para suas ações futuras, utilizando o diálogo como principal estratégia.

Dimensão 5: Políticas Escolares

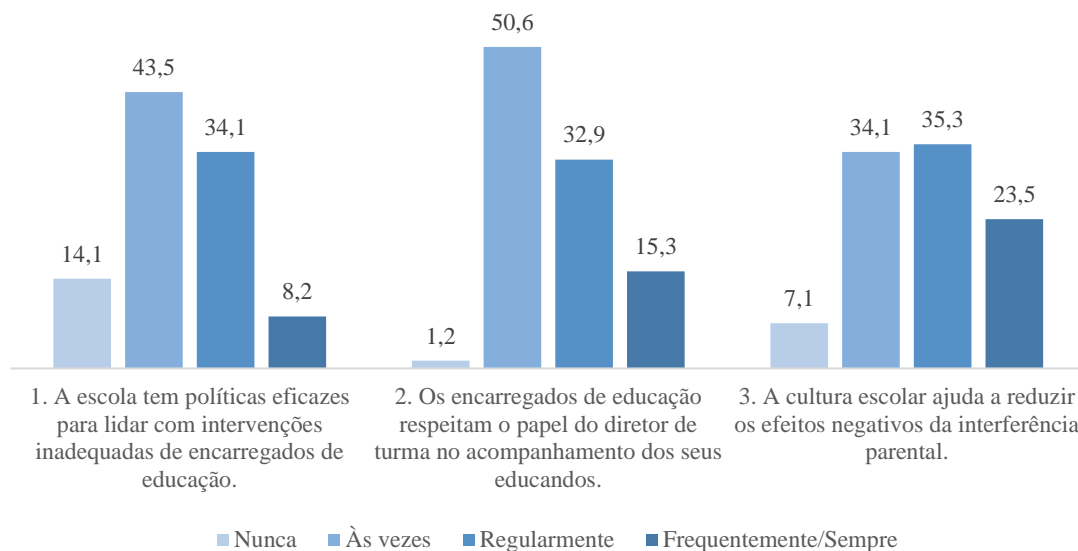


Gráfico 6. Políticas Escolares

Com base no gráfico 6, é evidente um paradoxo na forma como as políticas escolares são percebidas e implementadas em relação à interferência parental. Os dados revelam que, embora a maioria dos respondentes reconheça algum nível de ação ou respeito, a eficácia consistente e o apoio institucional parecem ser áreas de preocupação.

No que diz respeito à eficácia das políticas escolares para lidar com intervenções inadequadas dos encarregados de educação, apenas 8,2% dos participantes acreditam que a escola tem políticas eficazes “Frequentemente/Sempre”. A grande maioria, 43,5%, indica que isso ocorre “Às vezes”, um dado que lança dúvidas sobre a consistência e a aplicação dessas políticas no dia a dia escolar. Epstein (2011) e Hornby (2011) sublinham a importância de diretrizes claras e estratégias bem definidas para a gestão de conflitos, e estes números sugerem que há uma lacuna significativa na implementação dessas diretrizes.

A questão do respeito pelo papel do diretor de turma também levanta questões importantes. Embora 50,6% dos respondentes indiquem que os

encarregados de educação respeitam o papel “Às vezes”, apenas 15,3% acreditam que isso ocorre “Frequentemente/Sempre”. Schein (2010) argumenta que a cultura escolar desempenha um papel fundamental na promoção do respeito mútuo e na redução de tensões, e estes dados sugerem que a cultura escolar pode não estar a promover o respeito pelo papel do professor de forma consistente.

Além disso, apenas 23,5% dos participantes consideram que a cultura escolar ajuda a reduzir os efeitos negativos da interferência parental “Frequentemente/Sempre”. Este resultado é preocupante, uma vez que Harris (2002) sublinha que uma cultura escolar positiva fortalece as relações entre professores e pais e se reflete diretamente no desempenho escolar dos alunos. A falta de apoio institucional, com 7,1% a indicarem que a direção da escola “Nunca” intervém, agrava ainda mais a situação.

A análise destes dados sugere que as escolas podem precisar de repensar as suas políticas e estratégias para lidar com a interferência parental, bem como a forma como promovem o respeito pelo papel do professor e uma cultura escolar positiva. A liderança escolar desempenha um papel crucial neste processo, como defendem Leithwood et al. (2008), e é essencial que as escolas atuem proactivamente no fortalecimento da cultura escolar e na promoção da colaboração entre famílias e docentes.

Dado o panorama revelado pelo gráfico 6, torna-se imperativo que as escolas adotem um conjunto de estratégias focadas em três áreas-chave. Em primeiro lugar, para aumentar a eficácia percebida das políticas escolares (Questão 1), as escolas devem investir na criação de diretrizes claras, transparentes e amplamente divulgadas junto de toda a comunidade educativa. Isso pode incluir a realização de workshops com pais e professores para definir em conjunto as expectativas e os limites da intervenção parental. Em segundo lugar, para promover o respeito pelo papel do diretor de turma (Questão 2), é fundamental desenvolver iniciativas que valorizem o trabalho dos professores e incentivem a colaboração entre famílias e escolas. Isto pode envolver a criação de espaços de diálogo regulares entre pais, alunos e diretores de turma, bem como a implementação de programas de reconhecimento do trabalho dos professores. Por fim, para fortalecer a cultura escolar (Questão 3), é necessário implementar ações que promovam o

respeito mútuo, a empatia e a colaboração entre todos os membros da comunidade educativa. Isto pode incluir a realização de atividades de sensibilização sobre a importância da participação parental responsável, bem como a criação de um código de conduta que promova o respeito e a tolerância dentro da escola.

CONCLUSÕES

O presente estudo revelou que a interferência parental desajustada, a falta de apoio institucional e a ausência de políticas escolares eficazes afetam o bem-estar dos professores e o clima escolar. Os resultados estão em consonância com a literatura, que enfatiza a importância da mediação de conflitos e da formação em competências de comunicação. Reforçam a necessidade de políticas claras e eficazes, em linha com os normativos legais. Embora a amostra seja limitada, os dados apontam para a urgência de investir na formação dos professores e diretores, na promoção de uma cultura escolar positiva e no desenvolvimento de canais de comunicação transparentes entre a escola e as famílias. Recomenda-se, portanto, o reforço das políticas escolares, a formação contínua dos docentes, o envolvimento da direção na mediação de conflitos e a promoção de uma cultura de respeito e colaboração. Futuras investigações devem aprofundar estas questões, com amostras maiores e métodos de recolha de dados diversificados, de forma a obter uma compreensão mais abrangente da realidade portuguesa

É essencial que as escolas invistam na formação contínua dos professores e na capacitação da direção para lidar com conflitos de forma eficaz, promovendo um ambiente educativo seguro e harmonioso.

Os resultados deste estudo evidenciam que a interferência parental desajustada é um problema real, identificado pelos professores inquiridos, com impacto no seu bem-estar e no clima escolar.

A literatura e os normativos legais reforçam a necessidade de políticas claras, formação em competências de mediação e uma cultura escolar que promova o respeito mútuo. Para melhorar a relação entre famílias e escolas, recomenda-se, portanto, o reforço das políticas escolares para lidar com interferências parentais, a promoção da formação de professores em competências de comunicação e gestão de conflitos, o envolvimento da direção da escola de forma ativa na mediação de

conflitos e o fortalecimento da cultura escolar para promover o respeito mútuo e a colaboração, em linha com o Estatuto da Carreira Docente. É crucial investir na formação contínua de professores e diretores em gestão de conflitos, comunicação assertiva e estratégias de envolvimento parental, bem como desenvolver políticas escolares claras e transparentes sobre a comunicação entre escola e família, os limites da interferência parental e as consequências para comportamentos inadequados.

Estas medidas contribuiriam para melhorar o bem-estar dos professores, promover um ambiente escolar mais harmonioso e alinhar as práticas escolares com as políticas educativas e a literatura científica. Ao implementar estas recomendações, as escolas podem criar um ambiente mais seguro, harmonioso e propício ao sucesso de todos os alunos e professores. A nível social, este trabalho contribui para a sensibilização sobre os desafios enfrentados pelos professores e para a importância de uma colaboração positiva entre escolas e famílias. Como destacado por Silva (2018), a implementação de políticas que promovem a comunicação regular e aberta entre pais e professores tem um impacto positivo na construção de uma relação de confiança e colaboração. Este diálogo é essencial para o sucesso educativo dos alunos e para a criação de um ambiente escolar mais harmonioso.

Limitações do Estudo

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Uma das principais limitações deste estudo reside na dimensão da amostra (85 professores) e na sua representatividade. Embora tenham sido contactadas aleatoriamente escolas de diversos distritos de Portugal, visando garantir uma representação geográfica abrangente, o reduzido espaço de tempo disponível para a recolha de dados resultou numa amostra limitada, refletindo apenas a realidade dos contextos educativos dos participantes inquiridos.

Além disso, os dados foram recolhidos através de questionários, o que pode introduzir viés de resposta. Futuros estudos poderiam incluir entrevistas qualitativas para aprofundar a compreensão das dinâmicas entre professores e encarregados de educação.

Adicionalmente é importante reconhecer a dificuldade em encontrar estudos similares realizados em Portugal. A escassez de literatura nacional sobre a interferência parental, o bem-estar docente e as estratégias de gestão de conflitos limitam a possibilidade de comparar os resultados deste estudo com outros contextos portugueses. Embora a literatura internacional forneça um enquadramento teórico útil, é possível que existam especificidades culturais e contextuais no sistema educativo português que não são captadas pelos estudos estrangeiros. Portanto, é importante reconhecer a necessidade de mais investigação sobre este tema em Portugal, visando a produção de conhecimento científico relevante para a realidade nacional.

Apesar destas limitações, este estudo oferece percepções valiosas sobre os desafios enfrentados pelos professores em relação à interferência parental e à gestão de conflitos, bem como sobre a importância de abordar a questão do envelhecimento da carreira docente. Os resultados obtidos podem servir de base para o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes, que promovam o bem-estar dos professores, a melhoria do clima escolar e o sucesso educativo de todos os alunos.

Implicações para Estudos Futuros

Futuras investigações poderiam explorar o impacto de políticas escolares mais robustas na redução de interferências parentais e na promoção de um ambiente escolar mais harmonioso. Além disso, seria relevante analisar o papel das tecnologias digitais na mediação de conflitos, dado que, como destacado por Thompson (2008), o uso de emails e plataformas digitais pode intensificar conflitos devido à falta de filtros emocionais.

REFERÊNCIAS

- Alves, J. (2019). Violência nas escolas: Um estudo sobre a interferência parental e o seu impacto no ambiente escolar. *Revista Portuguesa de Educação*, 32(1), 45-60.
- Batista, R. (2019). *Mediação de conflitos. Qual o papel que o diretor de agrupamentos escolares tem na gestão e resolução de conflitos entre pessoal docente?* [Dissertação de mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa]. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/19739>
- Borg, M. (1990). *Occupational stress in primary teachers: A review*. *Educational Psychology*, 10(2), 103-126.
- Cheon, S. H., Reeve, J., & Vansteenkiste, M. (2020). *When teachers learn how to provide classroom structure in an autonomy-supportive way: Benefits to teachers and their students*. *Journal of Educational Psychology*. https://selfdeterminationtheory.org/wp-content/uploads/2020/03/2020_CheonReeveVansteenkiste_Teaching.pdf
- Cozby, P., & Bates, S. (2015). *Methods in behavioral research* (12th ed.). McGraw-Hill.
- Day, C. (2017). Sustaining passion: Reflections on the emotional and professional journeys of teachers. *Professional Development in Education*, 43(1), 7-23.
- Dias, M., & Cadime, I. (2012). Pressão parental e autonomia docente: Um estudo sobre o impacto na relação escola-família. *Revista Portuguesa de Educação*, 25(2), 45-145.
- Epstein, J. (2011). *School, family, and community partnerships: Preparing educators and improving schools*. Westview Press.

Gatti, B., Tartuce, G., Nunes, M., & Almeida, P. (2010). Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 40(140), 445-477.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: Teoria e prática*. Celta Editora.

Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Editora Atlas, S.A.

Harris, A. (2002). *School improvement: What's in it for schools?* Routledge.

Hornby, G. (2011). *Parental involvement in childhood education: Building effective school-family partnerships*. Springer.

Jungert, T., Levin, S., & Koestner, R. (2020). Examining how parent and teacher enthusiasm influences motivation and achievement in STEM. *Journal of Educational Research*.

https://selfdeterminationtheory.org/wp-content/uploads/2021/04/2020_JungertLevinKoestner_Examining.pdf

Kyriacou, C. (2001). Teacher stress: Directions for future research. *Educational Review*, 53(1), 21-28.

Leithwood, K., Harris, A., & Hopkins, D. (2008). *Seven strong claims about successful school leadership*. *School Leadership & Management*, 28(1), 27-42.

Li, C.-K., & Hung, C.-H. (2012). The interactive effects of perceived parental involvement and personality on teacher satisfaction. *Journal of Educational Administration*, 50(4), 501-518. <https://doi.org/10.1108/09578231211238611>

Lüdke, M., & André, M. (2005). *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas*. Editora Pedagógica e Universitária, Lda.

- Marques, C. (2019). *O diretor de turma como gestor e líder intermédio: novos desafios* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Instituto de Educação]. <http://hdl.handle.net/10451/41362>
- Neves, A., & Rebocho, A. (2014). *Violência contra professores: Impactos no desempenho docente e no ambiente escolar*. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 48(2), 7–28.
- Pedditz, M., Nonnis, M., & Nicotra, E. (2021). *Teacher satisfaction in relationships with students and parents and burnout*. *Frontiers in Psychology*, 12, 703130. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.703130>
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2014). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS* (6.^a ed.). Edições Sílabo.
- Santos, A. (2007). *A relação entre pais e professores: Uma construção de proximidade para o sucesso educativo* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti]. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/2238>
- Santos, M. (2015). *Violência contra professores: Um estudo sobre o contexto escolar em Portugal*. Edições Universitárias.
- Schein, E. H. (2010). *Organizational culture and leadership* (4th ed.). Jossey-Bass.
- Silva, A., & Oliveira, V. (2018). A comunicação entre a escola e a família: Desafios e oportunidades. *Revista Portuguesa de Educação*, 31(2), 157-174.
- Sousa, E. (2015). *Supervisão, expectativas e avaliação do papel do diretor de turma: Estudo de caso* [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/18968>

Thompson, B. (2008). *Características da comunicação por e-mail entre pais e professores*. *Educação em Comunicação*, 57(2), 201-223.

<https://doi.org/10.1080/03634520701852050>

Vieira, R., & Davis, C. (2023). *O diretor de escola e seu papel como mediador de conflitos*. *Ponto-E-Vírgula*, 2(34).

<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/64035>

Referências Legislativas:

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril. *Diário da República*, n.º 79/2008 – I Série. Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro. *Diário da República*, n.º 30/2015 – I Série. Ministério da Educação.

Outras Fontes:

Executive Digest. (n.d.). *Mais de 50% dos professores já foram agredidos por alunos: Um terço alvo de assédio laboral revela inquérito*. Executive Digest. <https://executivedigest.sapo.pt>

Lusa, A. (2021, março 24). *Professores portugueses são os europeus com mais stress no trabalho, conclui relatório*. Observador.

<https://observador.pt/2021/03/24/professores-portugueses-sao-os-europeus-com-mais-stress-no-trabalho-conclui-relatorio/>

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). (2023). *Education at a Glance 2023*. <https://www.oecd.org/education/>

Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE). (2020). *Instrumento de Regulação Ético-Deontológica*. <https://www.spce.org.pt/assets/files/CARTA-TICA2.EDICAOFINAL-2020COMPACTADO.pdf>

Anexos

A Relação entre Encarregados de Educação e os Professores

O presente inquérito por questionário tem como finalidade recolher dados para um projeto de investigação realizado no âmbito da pós-graduação em Administração Escolar, centrando-se na relação entre encarregados de educação e professores, bem como nas suas intervenções.

A confidencialidade e a proteção da identidade dos participantes são integralmente garantidas, sendo os dados recolhidos utilizados exclusivamente para fins desta investigação.

A participação é **voluntária**, podendo desistir a qualquer momento sem qualquer consequência. O preenchimento do questionário implica a aceitação da participação no estudo.

Agradeço desde já a sua atenção e disponibilidade para colaborar.

Tempo médio de preenchimento do questionário: 3 minutos.
Período de aplicação do questionário: até 9 de fevereiro 2025.

*** Indica uma pergunta obrigatória**

Dimensão 1: Perfil do(a) professor(a)

1. 1 - Por favor, indique a sua faixa etária: *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 30 anos
- 31 - 40 anos
- 41 - 50 anos
- 51 - 60 anos
- Mais de 60 anos

2. 2- Quantos anos de experiência tem na profissão de professor(a)? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 5 anos
- 5 - 10 anos
- 11 - 20 anos
- 21 - 30 anos
- Mais de 30 anos

3. **Dimensão 2: Comportamentos Agressivos e Interferência por parte dos Encarregados de Educação**

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nunca	Às vezes	Regularmente	Frequentemente/Sempre
1- Perceciono intervenções desajustadas de encarregados de educação nas decisões pedagógicas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2- Fui alvo de comportamentos intimidatórios ou ameaças por parte de encarregados de educação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3- As intervenções inadequadas dos encarregados de educação prejudicam o meu bem-estar profissional.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4- Já recebi emails/mensagens de encarregados de educação com um tom abusivo ou desrespeitoso.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. **Dimensão 3: Gestão de Comportamentos e Interferências dos Encarregados de Educação**

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nunca	Às vezes	Regularmente	Frequentemente/Sempre
1- Utilizo estratégias eficazes para lidar com as interferências dos encarregados de educação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2- A direção da escola contribui para resolver as interferências negativas dos encarregados de educação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3- Uma maior disponibilidade do diretor de turma para reuniões contribui para resolver conflitos com os encarregados de educação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5. **Dimensão 4: Práticas escolares para a Gestão de Conflitos ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nunca	Às vezes	Regularmente	Frequentemente/Sempre
1- A intervenção direta da direção, como esclarecimento ou reunião presencial/videoconferência, contribuiria para uma relação mais pacífica e para a resolução de comportamentos inadequados dos encarregados de educação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2- A presença de um elemento da direção em reuniões com encarregados de educação contribuiria para maior apoio e segurança na gestão de comportamentos inadequados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. **Dimensão 5: Políticas Escolares ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nunca	Às vezes	Regularmente	Frequentemente/Sempre
1- A escola tem políticas eficazes para lidar com intervenções inadequadas de encarregados de educação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2- Os encarregados de educação respeitam o papel do diretor de turma no acompanhamento dos seus educandos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3- A cultura escolar ajuda a reduzir os efeitos negativos da interferência parental.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>